

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ/MF N.º: 24.100.518/0001-65

NIRE 33.3.0032400-3

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019.**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 de abril de 2019, às 10:00 horas, na sede da **LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.** ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, CEP: 22.431-002.
2. **MESA:** Presidente - Sr. José Guilherme Cruz Souza; Secretário - Sr. Rodrigo Costa Rocha.
3. **PRESENÇA:** Acionistas titulares de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.
4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação do edital de convocação, em razão do comparecimento de representantes da totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada.
5. **ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, na edição de 08 de abril de 2019, págs. 6 e 7; e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na edição de 08 de abril de 2019, págs. 10 e 11; (ii) Destinação do resultado apurado no exercício social de 2018; (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração; e (iv) Definição da remuneração global da administração.
6. **DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram:

- a) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, constantes do Anexo I a esta ata;
- b) Por ser uma sociedade pré-operacional e não ter apurado resultados no período, não há destinação de resultado a ser deliberada;
- c) Reeleger as seguintes pessoas como membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **JOSÉ GUILHERME CRUZ SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n.º 003669617-05, para o cargo de Presidente do Conselho; (ii) Sr. **RODRIGO COSTA ROCHA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade n.º 064842263 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 005.456.317-85; e (iii) Sr. **PEDRO PAULO LOBO DO CARMO GUEDES**, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º 202582300, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 124312427-06, todos com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre n.º 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão mandatos de 01 (um) ano, os quais serão automaticamente prorrogados até que novos conselheiros sejam eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social de 2019, e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse que integram a presente ata na forma dos Anexos II-A, II-B e II-C; e
- d) Aprovar a remuneração global da administração no valor de até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

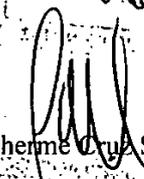
7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa encerrou a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: Vinci Infra Coinvestimento I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura; Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura; José Guilherme Cruz Souza como Presidente da Mesa; e Rodrigo Costa Rocha como secretário.

Esta ata confere com a original lavrada em livro próprio.

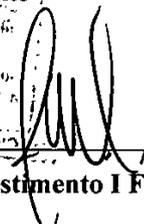
Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

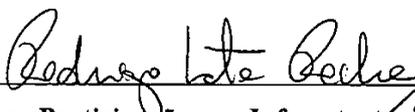
Assinaturas:

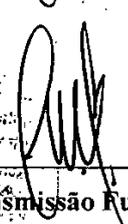
Mesa:

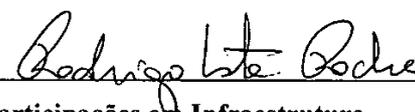

José Guilherme Cruz Souza
Presidente


Rodrigo Costa Rocha
Secretário


Vinci Infra Coinvestimento I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura


Rodrigo Costa Rocha


Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura


Rodrigo Costa Rocha

17º Ofício de Notas DA CAPITAL

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
JOSE GUILHERME CRUZ SOUZA; RODRIGO COSTA ROCHA...
 Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2019. Em test. _____ da verdade.

Lino da Silva Silveira Júnior - Escrevente
 Emolumentos: R\$ 11,22 T.J.Fundos: R\$ 4,62 TOTAL: R\$ 15,84
Selo: EDFL11352-RMP, EDFL11353-RCY
 consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9600 088674AE991771

CARTÓRIO DO 17º
 Lino da Silva Silveira Júnior
 Escrevente
 CAD / CBU nº 94.04965
 Art. 2º § 3º Lei 8.936/94
 OFÍCIO DE NOTAS
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

17º Ofício de Notas DA CAPITAL

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
JOSE GUILHERME CRUZ SOUZA; RODRIGO COSTA ROCHA...
 Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2019. Em test. _____ da verdade.

Lino da Silva Silveira Júnior - Escrevente
 Emolumentos: R\$ 11,22 T.J.Fundos: R\$ 4,62 TOTAL: R\$ 15,84
Selo: EDFL11354-RVE, EDFL11355-RLW
 consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9600 088674AE991772

CARTÓRIO DO 17º
 Lino da Silva Silveira Júnior
 Escrevente
 CAD / CBU nº 94.04965
 Art. 2º § 3º Lei 8.936/94
 OFÍCIO DE NOTAS
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

17º Ofício de Notas DA CAPITAL

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
JOSE GUILHERME CRUZ SOUZA; RODRIGO COSTA ROCHA...
 Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2019. Em test. _____ da verdade.

Lino da Silva Silveira Júnior - Escrevente
 Emolumentos: R\$ 11,22 T.J.Fundos: R\$ 4,62 TOTAL: R\$ 15,84
Selo: EDFL11356-RXV, EDFL11357-RGL
 consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9600 088674AE991773

CARTÓRIO DO 17º
 Lino da Silva Silveira Júnior
 Escrevente
 CAD / CBU nº 94.04965
 Art. 2º § 3º Lei 8.936/94
 OFÍCIO DE NOTAS
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LEST LINHAS DE ENERGIA DO SERTAO TRANSMISSORA S A

NIRE: 333.0032400-3 Protocolo: 00-2019/625752-2 Data do protocolo: 15/10/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2019 SOB O NÚMERO 00003795483 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EF5FB3AB997E54960D4B39F3C051AD8A5EF60A40E35107A97452F0894F32B80B

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/16



ANEXO I

Cópia das Publicações das Demonstrações Financeiras

fu

ANEXO II – A

Toma posse, neste ato, como Presidente do Conselho de Administração da **LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 (parte), Leblon, CEP: 22.431-002, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.100.518/0001-65, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2019, para um mandato de 1 (um) ano, o Sr. **JOSÉ GUILHERME CRUZ SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n.º 003669617-05, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida Bartolomeu Mitre n.º 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002. O conselheiro eleito, que neste ato toma posse, declara, sob as penas da lei, na forma do §1º, do artigo 1.011, do Código Civil Brasileiro, e do art. 147 §§ 1º e 2º da Lei n.º 6.404/76, que está apto para o exercício de tal função e que não está impedido por lei especial de exercer o cargo e não está incurso em processo ou foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O referido conselheiro firma a presente declaração para que produza os devidos efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nula de pleno direito perante o Registro de Comércio, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.


JOSÉ GUILHERME CRUZ SOUZA



ANEXO II – B

Toma posse, neste ato, como membro do Conselho de Administração da **LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 (parte), Leblon, CEP: 22.431-002, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.100.518/0001-65, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2019, para um mandato de 1 (um) ano, o Sr. **RODRIGO COSTA ROCHA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade n.º 064842263 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 005.456.317-85, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida Bartolomeu Mitre n.º 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002. O conselheiro eleito, que neste ato toma posse, declara, sob as penas da lei, na forma do §1º, do artigo 1.011, do Código Civil Brasileiro, e do art. 147 §§ 1º e 2º da Lei n.º 6.404/76, que está apto para o exercício de tal função e que não está impedido por lei especial de exercer o cargo e não está incurso em processo ou foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O referido conselheiro firma a presente declaração para que produza os devidos efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nula de pleno direito perante o Registro de Comércio, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

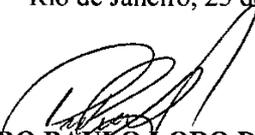

RODRIGO COSTA ROCHA



ANEXO II – C

Toma posse, neste ato, como membro do Conselho de Administração da **LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 (parte), Leblon, CEP: 22.431-002, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.100.518/0001-65, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2019, para um mandato de 1 (um) ano, o Sr. PEDRO PAULO LOBO DO CARMO GUEDES, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º 202582300, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 124312427-06, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida Bartolomeu Mitre n.º 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002. O conselheiro eleito, que neste ato toma posse, declara, sob as penas da lei, na forma do §1º, do artigo 1.011, do Código Civil Brasileiro, e do art. 147 §§ 1º e 2º da Lei n.º 6.404/76, que está apto para o exercício de tal função e que não está impedido por lei especial de exercer o cargo e não está incurso em processo ou foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O referido conselheiro firma a presente declaração para que produza os devidos efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nula de pleno direito perante o Registro de Comércio, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.


PEDRO PAULO LOBO DO CARMO GUEDES



7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LEST LINHAS DE ENERGIA DO SERTAO TRANSMISSORA S A

NIRE: 333.0032400-3 Protocolo: 00-2019/625752-2 Data do protocolo: 15/10/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2019 SOB O NÚMERO 00003795483 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EF5FB3AB997E54960D4B39F3C051AD8A5EF60A40E35107A97452F0894F32B80B

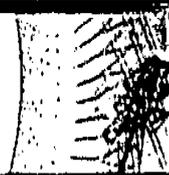
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 10/16



Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65



Balanco patrimonial em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.534	12.753
Adiantamento a funcionários		4	-
Adiantamento a fornecedor		-	628
Impostos a recuperar	7	140	54
Despesas antecipadas	6	-	109
Depósitos judiciais e cauções		5	5
Total do ativo circulante		8.683	13.549
Não circulante			
Despesas antecipadas		-	419
Contas a receber (ativo de concessão)	8	35.124	1.394
Imobilizado	9	10	13
Total do ativo não-circulante		35.134	1.816
Total do ativo		43.817	15.375
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	712	773
Salários e encargos a pagar		20	14
Obrigações tributárias		1.029	24
Total do passivo circulante		1.761	811
Não circulante			
Impostos diferidos	11	4.995	284
Partes relacionadas		-	24
Total do passivo não circulante		4.995	317
Patrimônio líquido			
Capital social	13	41.875	15.575
Prejuízos acumulados		(6.814)	(1.329)
Total do patrimônio líquido		37.061	14.246
Total do passivo e patrimônio líquido		43.817	15.375

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 dezembro			
Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação (em R\$)			
	Notas	2018	2017
Receita operacional bruta			
Receita de construção		31.482	1.381
Receita financeira		2.248	13
Pis e COFINS diferido		(1.149)	(61)
Receita operacional líquida	14	32.581	1.344
Custos dos bens construídos e serviços prestados	15	(30.333)	(1.330)
Resultado operacional bruto		2.248	13
Despesas operacionais			
Com pessoal	20	(1.280)	(457)
Gerais e administrativas		(923)	(915)
Depreciação e amortização		(3)	(1)
Tributárias		(28)	(3)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	16	(2.234)	(1.378)
Resultado financeiro		942	296
Receitas financeiras		(571)	(8)
Despesas financeiras		385	(1.073)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	17	(307)	(8)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(3.563)	(233)
Prejuízo do exercício		(3.485)	(1.316)
Prejuízo por ação - em R\$		(0,1188)	(3,9454)

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	2018	2017
Prejuízo do exercício		(3.485)	(1.316)
Total dos resultados abrangentes		(3.485)	(1.316)

Demonstração das mudanças do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados
Em 31/12/2016		(13)	(13)
Aumento de capital		15.575	15.575
Prejuízo do exercício		(1.316)	(1.316)
Em 31/12/2017		15.575	(1.329)

modo de apresentação - As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas detidas pela ANCEL. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de Mensuração - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisados de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e pressupostos são: a) Contas a receber (ativo de concessão) - mensurado no início de concessão no valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da receita concedida durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura. b) Receita de construção - o concessionário, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referência infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apoiado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados. c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as provisões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas. e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente no limite de 30% do lucro tributável anual. 3 Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalente de Caixa - incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. a) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (ii) Passivos financeiros não derivativos - Os passivos financeiros (incluindo os passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não designados o valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos finan-

devidos à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Consequentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95). A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão. Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado. As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão auferida sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitos ao diferimento do PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante. Os custos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos. Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia expandir os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de concessão, através da execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Risco técnico - a infraestrutura das dimensões de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento do caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável). 3.8. Informações por segmento - A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia. 3.10. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor 31/12/2017 - a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 01/01/2018: - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47 - estabelece um único modelo abrangente e ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Os pronunciamentos que começaram a vigorar em 01/01/2018 não causaram impactos significativos na Companhia. b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 01/01/2019: - CPC 05(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (aplicável a partir de 01/01/2019) - A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o bem arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de aluguel. - ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto sobre os passivos fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias. - Atribuição do ciclo 0015 a 2017 - IFRS 3 (CPC 15 - Combinação de negócios - R1) IFRS 11 (CPC 19 - Negócios em conjunto - R2), IAS 12 (CPC 32 - Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 - custos dos empréstimos - R1) A Companhia ardeu os efeitos dessas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Gestão de risco financeiro: Em 31/12/2018, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (a)	230	230
Títulos e valores mobiliários (a)	8.304	8.304
Contas a receber (ativo de concessão) (b)	35.124	35.124
Total	43.659	43.659
Passivos financeiros		
Fornecedores (c)	712	712
Outras obrigações (c)	-	-
Total	712	712

4.1. Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia são expostas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) Risco de crédito - Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do repêto entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou as geradoras, às distribuidoras, aos concessionários de energia elétrica e aos prestadores de manutenção a determinação mensal da RAP com

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65

lura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRAC 12) 12. Provisões: Contingências - O Companhia não tem ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída. 13. Patrimônio Líquido: 13.1 Capital Social - O capital social integralizado até 31/12/2018 e 2017 é representado somente por ações ordinárias:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
Víncio Infra				
Investimentos	16.751.648	16,752	6.230.624	6,231
Víncio Infra Transmissão	25.123.386	25,123	9.344.420	9,344
Total	41.875.044	41,875	15.575.044	15,575

	Prejuízo por ação exercido	Média ponderada de Ações	Resultado por Ação - em R\$
31/12/2018	(3,485)	29.341.711 (0,1188)	
31/12/2017	(1,316)	5.191.748 (3,9454)	

14. Receita líquida: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	31.482	1.381
Receita de remuneração	2.248	13
Pis e Cofins diferidos	(1.149)	(51)
Total	32.581	1.343

15. Custos dos bens em construção

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de terceiros	(1.514)	-
CCI - Contrapartimento de Infraestrutura e Alugueiros	(1.093)	-
Seguros	(547)	(46)
Serviços fundiários	(3.440)	(285)
Autarquia local	(124)	(58)
Serviço para o licenciamento ambiental	(1.701)	(279)
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	(17.860)	-
Estudos vinculados a concessão (i)	657	(657)
Aciamentamentos e fornecedores	(4.716)	-
Outros custos	5	(5)
Total	(30.333)	(1.330)

(i) Valor referente aos estudos vinculados a concessão, nos termos do art. 21 da Lei nº 997, de 13/02/1995, os quais serão de uso exclusivo para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão.

16. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesa com serviços profissionais	(333)	(580)
Honorários da diretoria	(1.280)	(457)
Despesas com consultoria e assessoria	(8)	(118)
Despesa com aluguel	(155)	(43)
Despesa com viagens	(283)	(82)
Despesa com impostos e taxas	(28)	(13)
Outras despesas gerais	(147)	(73)
Total	(2.234)	(1.376)

17. Resultado financeiro líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Tarifas, Multas e Juros	(552)	(1)
Atualização monetária, IOF	(119)	(7)
Despesas financeiras	(571)	(8)
Receitas sobre aplicação financeira	947	299
Receitas financeiras	942	296
Resultado financeiro líquido	371	288

18. Imposto de renda e contribuição social: a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social correntes:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita realizada	974	32
CSLL - 9%	(88)	(3)
IRPJ - 15%	(146)	(5)
Adicional IRPJ - 10%	(73)	-
Total	(97)	(8)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita não realizada	31.482	1.381
Receita de construção	2.248	13
Ativo financeiro	(178)	-
Outras Receitas/Ajustes	-	-
Total	32.552	1.394
IRPJ - 32%	10.550	446
Receita financeira	-	264
Total base de cálculo IRPJ	10.550	710
IRPJ - 15%	(1.583)	(107)
Adicional - 10%	(1.031)	(63)
Total IRPJ diferido	(2.614)	(170)
Total CSLL diferida - 9%	(850)	(84)
Total IRPJ e CSLL diferidos	(3.464)	(254)

	19. Seguro	Importância	Modalidade	seguro - R\$	Período de vigência
Seguros-garantia (*)	13	13.583.557			01/08/2017 até 08/08/2022
Seguro-responsabilidade civil	13	46.877.795			11/10/2017 até 30/04/2020

(*) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertencente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens: a) Processos administrativos; b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais; c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa; d) Regime de administração pública; e) Encargos de garantia por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundas do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstas em legislação específica, para cada caso. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia. 20. Remuneração da administração: A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" como "Honorários dos diretores". A abertura dos saldos está apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Pró-labore	1.036	370
Encargos sociais e benefícios	244	87
Total	1.280	457

21. Evento subsequente: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/01/2019, foi deliberado sobre o aumento de capital social da Companhia em R\$ 17.000, a ser integralizado pelos acionistas na mesma data.

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens: a) Processos administrativos; b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais; c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa; d) Regime de administração pública; e) Encargos de garantia por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundas do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstas em legislação específica, para cada caso. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia. 20. Remuneração da administração: A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" como "Honorários dos diretores". A abertura dos saldos está apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Pró-labore	1.036	370
Encargos sociais e benefícios	244	87
Total	1.280	457

21. Evento subsequente: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/01/2019, foi deliberado sobre o aumento de capital social da Companhia em R\$ 17.000, a ser integralizado pelos acionistas na mesma data.

Ana Paula Bacalchuk - Diretora Financeira
Vagner Alexandrino Serratto - Diretor Técnico
TMF Brasil Assessoria Contábil e Empresarial Ltda. - SP-0217210-1-RJ
Patrícia de Oliveira da Silva - Contador CRC RJ088069/O-0 - Contador Responsável

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis - Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (Companhia ou "LEST"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas no sepe a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, se for o caso, considerá-las em conjunto com as demonstrações contábeis, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a rebater a esse respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, de forma relevante, a decisão econômica dos usuários das demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do trabalho. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 29/03/2018. Marcio Romulo Pereira - CT CRC RJ- 076774-O-7 - Grant Thornton Auditores Independentes - CRC SP-025.5830-1 'S' - RJ.

Id: 21173665

BOMBOCINE RIO COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 13.270.726/0001-96

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: LEST LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S A
 NIRE: 333.0032400-3 Protocolo: 00-2019/625752-2 Data do protocolo: 15/10/2019
 CERTIFICADO DE AUTENTICAÇÃO EM 17/10/2019 SOB O NÚMERO 00003795483 e demais constantes do termo de autenticação.
 Autenticação: EF5FB3AB997E54960D4B39F3C051AD8A5EF60A40E35107A97452F0894F32B80B
 Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 13/16



Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-85

Balanco patrimonial em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.534	12.753
Adiantamento e funcionários		4	-
Adiantamento a fornecedor		-	628
Impostos a recuperar	7	140	54
Despesas antecipadas	6	-	109
Depósitos judiciais e cauções		5	5
Total do ativo circulante		8.683	13.549
Não circulante			
Despesas antecipadas		-	419
Contas a receber (ativo de concessão)	8	35.124	1.394
Imobilizado	9	10	13
Total do ativo não-circulante		35.134	1.826
Total do ativo		43.817	15.375
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	712	773
Salários e encargos a pagar		20	14
Obrigações tributárias		1.029	24
Total do passivo circulante		1.761	811
Não circulante			
Impostos diferidos	11	4.995	284
Partes relacionadas		-	34
Total do passivo não circulante		4.995	317
Patrimônio líquido			
Capital social	13	41.875	15.575
Prejuízos acumulados		(4.814)	(1.328)
Total do patrimônio líquido		37.061	14.246
Total do passivo e patrimônio líquido		43.817	15.375

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação (em R\$)			
	Notas	2018	2017
Receita operacional bruta		31.482	1.381
Receita de construção		2.248	13
Ativo financeiro		(1.149)	(51)
Pis e Cofins diferido		-	-
Receita operacional líquida	14	32.581	1.343
Custos dos bens construídos e serviços prestados	15	(30.333)	(1.320)
Resultado operacional bruto		2.248	13
Despesas operacionais			
Com pessoal	20	(1.280)	(457)
Gerais e administrativas		(923)	(915)
Depreciação e amortização		(3)	(1)
Tributárias		(28)	(2)
Total	16	(2.234)	(1.378)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		14	(1.365)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		942	296
Despesas financeiras		(571)	(8)
Resultado financeiro, líquido	17	371	288
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		385	(1.075)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(307)	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3.563)	(233)
Prejuízo do exercício		(3.485)	(1.316)
Prejuízo por ação - em R\$		(0,188)	(3,9454)

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Notas	2018	2017	
Prejuízo do exercício		(3.485)	(1.316)	
Total de outros resultados abrangentes		(3.485)	(1.316)	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31/12/2016			(13)	(13)
Aumento de capital		15.575	-	15.575
Prejuízo do exercício		-	(1.316)	(1.316)
Em 31/12/2017		15.575	(1.328)	14.246
Aumento de capital	13	26.300	-	26.300
Prejuízo do exercício		-	(3.485)	(3.485)
Em 31/12/2018		41.875	(4.814)	37.061

Demonstração do fluxo de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2018	2017
Prejuízo do exercício		(3.485)	(1.316)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais.		3	1
Depreciação		3	1
Impostos diferidos		4.718	283

contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS que não estavam em vigor 31/12/2017 - a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 01/01/2018 - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: a) Contas a receber (ativo de concessão) - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período de construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura. b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Esses custos são contabilizados seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados. c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas. e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente no limite de 30% do lucro tributável anual. 3 Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalente de Caixa - Ir-liquidez o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. a) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (ii) Passivos financeiros não derivativos - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos e valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. (iv) Hierarquia de valor justo - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciando para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade mínima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. 3.3. Imposto de renda e contribuição social - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e são reconhecidas na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. 3.4. Reconhecimento de receita - As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.12). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 (RII) (IAS 18) - Receitas (Serviço de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a)

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	230	230
Títulos e valores mobiliários (a)	8.304	8.304
Contas a receber (ativo de concessão) (b)	35.124	35.124
Total	43.659	43.659
Passivos financeiros		
Fornecedores (c)	712	712
Outras obrigações (c)	-	-
Total	712	712

4.1. Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) Risco de crédito - Salvo pelas contas a receber (ativo de concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo. A exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 35.124. b) Risco de capital - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. c) Risco de mercado - A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactua contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estas são monitoradas pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte: - Risco relacionado às taxas de juros - A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários. d) Risco de liquidez - A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados controlados: Menos de Entre um e Entre dois e Acima de Em 31/12/2018 um ano dois anos cinco anos cinco anos Fornecedores e outras obrigações 712 Em 31/12/2017 Fornecedores e outras obrigações 773 e) Análise de sensibilidade - A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Para verificar a sensibilidade dos investidores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31/12/2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31/12/2018, for extraída a posição do indicador CDI (6,50% ao ano) para um ano. A Administração preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário 1 (nominal) considera em taxas de juros fixas observadas na data-base das res.

Impostos diferidos	4.718	283
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber (ativo de concessão)	(33.730)	(1.394)
Adiantamento a fornecedores e funcionários	624	(628)
Despesas antecipadas	522	(528)
Tributos a recuperar	(86)	(54)
Depósitos judiciais e cauções		(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	(55)	768
Obrigações fiscais	1.005	24
Partes relacionadas	(135)	21
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(30.519)	(2.809)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos intangíveis		(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(14)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	26.300	15.575
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	26.300	15.575
(Redução)Aumento líquido		
do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.219)	12.753
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.753	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.534	12.753
(Redução)Aumento líquido		
do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.219)	12.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais: 1.1. Contexto operacional - A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01/02/2016 e domiciliada na Avenida Barão de Mito, 336 - parte, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobresselentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 11/02/2022 e são descritas a seguir: Aspectos regulatórios - Em 24/04/2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interinência e anuidade da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Investimento Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público nº 05/2016-ANEEL, realizado pelo BNM/FBIOVESPA, para aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente às linhas de transmissão Paulo Afonso e Xingó. Em 11/08/2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, por prazo de 30 anos. As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luz, Gonzaga, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luz; Gonzaga, pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, integração de barramentos, equipamentos de compensação reativa, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação integrada. A Lest tem até 11/02/2022 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$324 milhões. A Receita Anual Permida - RAP foi determinada em R\$44 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020. A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto à Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto, o enquadramento foi realizado em 24/10/2018 através do Ato Declaratório nº 168, A.U. (Licença de Instalação), foi obtida em 18/01/2019. Um intenso trabalho junto aos órgãos responsáveis, vêm sendo feito para obtenção da LI (Licença de Instalação), prevista para janeiro/19. Nesse cenário, conseguimos iniciar o trabalho em campo em janeiro/19. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 29 de março 2018. 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. 2.2 Base de Mensuração - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos - A construção das demonstrações

(provável) considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações contábeis e os cenários II e III consideram uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada. A data-base utilizada da carteira foi 31/12/2018, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário;

Instrumentos financeiros

	Risco	Nota	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes de caixa	Queda CDI	5	230	8	6
Títulos e valores mobiliários	Queda CDI	5	8.304	581	435
Total					
Em 31/12/2018, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendem as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações:					
5. Caixa e equivalentes de caixa			31/12/2018	31/12/2017	
Caixa e bancos			230	18	
Títulos de renda fixa COB (i)				1.220	
Títulos e valores mobiliários (ii)			8.304	11.515	
Total			8.534	12.753	

(i) Aplicação em Compromissada, com lastro de terceiros e garantia de recompra pelo Banco Itaú S.A., com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado à 55% do CDI. (ii) As aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú High Grade, tiveram no ano de 2018, remuneração média referenciada ao CDI de 100,54%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. 6. Despesas antecipadas: O saldo em aberto em 2017, refere-se à aplicação do seguro-garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 19. Em 2018 o saldo foi transferido para custo de construção do empreendimento.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF sobre aplicação financeira	140	54
Total	140	54

8. Conta a receber (ativo de concessão)

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	32.863	1.381
Receita de remuneração	2.261	13
Total	35.124	1.394

9 Imobilizado

Descrição	31/12/2017		31/12/2018	
	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Saldo Final
Máquinas e equipamentos	13		(3)	10
Total	13		(3)	10

10. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Prestação de serviços	712	773
Total	712	773

11. Impostos diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL	3.796	233
Pis e Cofins	1.199	51
Total	4.995	284

O diferimento do PIS e do COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.573/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). 12. Provisões: Contingências - O Companhia não tem ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. 13. Patrimônio Líquido: 13.1 Capital Social - O capital social integralizado até 31/12/2018 e 2017 e representado somente por ações ordinárias:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações	% do capital	Quantidade de ações	% do capital
Vinci Infra	16.751.649	16,752%	6.230.624	6,231%
Coinvestimentos	25.123.396	25,123%	9.344.420	9,344%
Vinci Infra Transmissão	41.875.044	41,875%	15.575.044	15,575%
Total	83.750.089	100%	31.150.088	100%

13.2 Prejuízo por ação

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(3.485)	29.341.711
Total	(1.316)	5.191.748

14. Receita líquida: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	31.482	1.381
Receita de remuneração	2.248	13
Pis e Cofins diferidos	(1.149)	(51)
Total	32.581	1.343

15. Custos dos bens em construção

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de terceiros	(1.514)	-
CCI - Compartilhamento de Infraestrutura e Aluguéis	(1.093)	-
Seguros	(547)	(46)
Serviços fundiários	(3.440)	(285)
Autarquia local	(124)	(58)
Serviço para o licenciamento ambiental	(1.701)	(279)
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	(17.860)	-
Estudos vinculados a concessão (i)	657	(657)
Adiantamentos a fornecedores	(4.716)	-
Outros custos	5	(5)
Total	(30.332)	(11.320)

(i) Valor referente aos estudos vinculados à concessão, nos termos do art. 21 da Lei 8.967, de 13/02/1995, os quais serão de uso exclusivo para construção, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LEST LINHAS DE ENERGIA DO SERTAO TRANSMISSORA S A
 NIRE: 333.0032400-3 Protocolo: 00-2019/625752-2 Data do protocolo: 15/10/2019
 CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 17/10/2019 SOB O NÚMERO 00003795483 e demais constantes do termo de autenticação.
 Autenticação: EF5FB3AB997E54960D4B39F3C051AD8A5EF60A40E35107A97452F0894F32B80B



Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-85

	31/12/2018	31/12/2017	
16. Despesas gerais e administrativas			adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Compa-
Despesa com serviços profissionais	(333)	(560)	nha. 20. Remuneração da administração: A remuneração da Administração e da
Honorários da diretoria	(1.280)	(457)	Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração
Despesas com consultoria e assessoria	(8)	(118)	da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" como
Despesa com aluguel	(155)	(43)	"Honorários da diretoria". A abertura dos saldos está apresentada a seguir.
Despesa com viagens	(283)	(82)	
Despesa com impostos e taxas	(28)	(13)	
Outras despesas gerais	(147)	(73)	
	(2.234)	(1.376)	

Ana Paula Bacallhuc - Diretora Financeira
 Wagner Alexandre Senatto - Diretor Técnico
 TMF Brasil Assessoria Contábil e Empresarial Ltda. - SP-0217210-1-F/RJ
 Patrícia de Oliveira da Silva
 Contador CRC RJ086066/O-0 - Contador Responsável

	31/12/2018	31/12/2017
Pro-labore	1.036	370
Encargos sociais e benefícios	244	87
	1.280	457

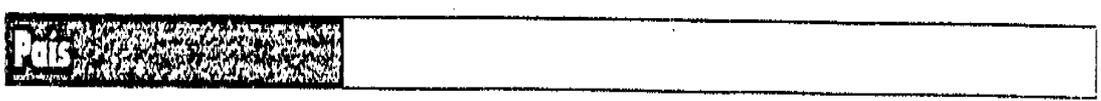
	31/12/2018	31/12/2017	
17. Resultado financeiro, líquido			Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis - Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Lest - Linhas de Energia do Sertão
Tariffs, Multa e Juros	(552)	(1)	Transmissora S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (Companhia
Atualização monetária, ICF	(19)	(7)	ou "LEST"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações
Despesas financeiras	(571)	(8)	do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais
Receitas sobre aplicação financeira	942	296	políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição
Receitas financeiras	942	296	patrimonial e financeira da Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos
Resultado financeiro, líquido	371	288	de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)
18. Imposto de renda e contribuição social: a) Movimentação do imposto de renda			emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais
e da contribuição social correntes:			de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela

	31/12/2018	31/12/2017	
Receita realizada	974	32	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de
CSLL - 9%	(68)	(3)	Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas
IRPJ - 15%	(146)	(5)	de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que
Adicional IRPJ - 10%	(73)	(1)	acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração
Total	(307)	(9)	e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis,
b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:			nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante,
Receita não realizada			inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.
Receita de construção	31.482	1.381	Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos
Ativo financeiro	2.248	13	nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela
Outras Receitas/Ajustes	(760)	(1)	elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de
Total	32.970	1.384	relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para
IRPJ - 32%	10.550	446	permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações
Receita financeira		284	contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relaciona-
Total base de cálculo IRPJ	10.550	710	dos com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar
IRPJ - 15%	(1.583)	(107)	a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança
Adicional - 10%	(1.031)	(63)	da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela
Total IRPJ diferido	(2.614)	(170)	auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres
Total CSLL diferida - 3%	(850)	(64)	de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível
Total IRPJ e CSLL diferidos	(3.563)	(233)	de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

19. Seguro

Modalidade	Importância segurada - R\$	Período de vigência
Seguros-garantia (*)	13.503.557	01/08/2017 até 08/08/2022
Seguro-responsabilidade civil	46.877.795	11/10/2017 até 30/04/2020

(*) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas envolvendo o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos pelo tomador perante o segurador, conforme os termos da apólice e até o valor da relevância para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas contratações, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens: a) Processos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa; d) Regulamentos mantidos em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se administrativos. Encontra-se também garantidos por esse contrato de seguro os as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira confiável com o objetivo de apresentação adequada. - Com valores devidos ao segurador, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas pleneamento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 29/03/2018. Marcio Romulo ca. para cada caso. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da Pareira - CT CRC RJ-076774-O-7 - Graci Thornton Auditores Independentes - CRC SP-025.583/O-1 "S" - RJ.



Ministro Vélez é a 'bola da vez' no governo Bolsonaro

Bolsonaro: projeto de capitalização não é essencial no momento

Partido Rafael Vilela/ABRASIL momento de Vélez como inevitável disse que a única "política incisiva" "autoridade na política" disse

Pedro Rafael Vilela/ABRASIL O sistema vai garantir o sa-